

ELEIÇÕES

PRR baralha mandatos nas ordens profissionais

Revisores, contabilistas e notários alteram calendários. Luís Todo Bom e Clotilde Palma em órgãos de supervisão

ELISABETE MIRANDA

Nos próximos meses cerca de duas dezenas de ordens profissionais vão ter de reorganizar-se, criando os polémicos órgãos de supervisão, maioritariamente compostos por pessoas externas à profissão, e nomeando um provedor, também de fora da classe. Embora unidas nas críticas, as corporações seguem estratégias diferentes: há quem já esteja a organizar eleições para os novos órgãos; há quem aproveite para reorganizar todo o calendário eleitoral e convoque eleições gerais, prolongando mandatos, e há quem ainda tenha esperança de que a nova composição parlamentar reverta as obrigações mais controversas.

O primeiro acerto no calendário é da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), onde Virgílio Macedo resolveu adiar as eleições para 18 de abril. Embora inconformado — “continuo a achar que não faz sentido nenhum termos um órgão de supervisão que não se sabe como se coordena com a CMVM”, diz ao Expresso —, garante um novo mandato alinhado com as regras. Sendo lista única, tem a reeleição assegurada, garantindo igualmente o órgão de supervisão alinhado



Virgílio Macedo (OROC) adiou as eleições gerais para incorporar as alterações, Paula Franco (OCC) antecipou-as e Jorge Batista da Silva (ON) deverá ir pelo mesmo caminho. Sendo reeleitos, o segundo e último mandato de cada um deles vai prolongar-se



FRASE

“O quadro político alterou-se substancialmente, aguardamos com uma certa expectativa sinais de abertura a ajustamentos legislativos”

António Mendonça
Presidente do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP)

com a sua estratégia. A pessoa de “reconhecido mérito” que encabeçará o novo supervisor é Luís Todo Bom, avança o bastonário.

Meses depois, em julho, avança a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), onde Paula Franco cumpre um segundo mandato (que vai até 2025, mas poderá vir a ser alargado). “Se fizéssemos eleições apenas para os novos órgãos, teríamos dois processos eleitorais num curto espaço de tempo. Esta opção poupanos um custo elevado”, afirma Paula Franco, que espera encontrar adversários: “É sempre bom ter listas concorren-

tes, é democrático”, declara ao Expresso. Se ganhar, ficará até 2028 (mais três anos face ao atual) e terá no conselho de supervisão nomes como Clotilde Palma, Abílio de Sousa e Maria Fernanda Nogueira.

Eleições gerais são também a solução na mesa da Ordem dos Notários (ON). A decisão ainda não está tomada, aguardando a tomada de posse do novo Governo, mas é a mais provável. “Não foi a ON que pediu que o mandato voltasse ao zero nos prazos, mas, face à decisão da Assembleia da República, é desejável a convocação de novas eleições gerais”, justifica Jorge Batista da Silva.

Segundo o bastonário, “não faz sentido criar um corpo *ad hoc*, que nasce de repente”. “O conselho de supervisão é um órgão de gestão da Ordem e deve estar alinhado com uma estratégia global que seja sufragada por toda a gente.” Avançando para eleições e ganhando-as, o mandato que terminaria no final de 2025 estende-se até 2028/2029.

À espera de Montenegro

A revisão dos estatutos das ordens é uma exigência que a Comissão Europeia vem fazendo há mais de uma década, desde que a *trotka* passou por

Portugal, e da qual dependia a libertação de uma tranche do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Contudo, António Mendonça, presidente do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), mantém que uma coisa é o princípio geral e outra o que resultou do processo. “Houve excesso de zelo do Governo, nada obrigava às alterações que foram feitas”, insiste. A 9 de maio a CNOP organizará o primeiro fórum das ordens profissionais, já com o conselho alargado a 20 membros e onde as alterações estatutárias serão o prato forte. Mas até lá, ou pouco tempo depois, António Mendonça espera receber um sinal do próximo Governo. “O quadro político alterou-se substancialmente, aguardamos com uma certa expectativa sinais de abertura a ajustamentos” legislativos, declara ao Expresso. Expectativa tem também a Ordem dos Enfermeiros (OE). “Temos o compromisso dos partidos políticos, todos disseram que estariam disponíveis para fazer alterações aos estatutos”, vinca ao Expresso Luís Barreira. Se esta disponibilidade chega a tempo e se acaba com os aspetos mais polémicos, entre os quais a criação de órgãos de supervisão autónomos, é a grande questão.

emiranda@expresso.imprensa.pt

PRR baralha
mandatos
das ordens
profissionais E13